

114ª Reunião
74ª Sessão Extraordinária
Realizada em 12 de julho de 2016

ATA EM MINUTA

Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do estipulado nos n.ºs 4 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo e, ainda, do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Regimento da Assembleia, deliberou a Assembleia Municipal de Lisboa aprovar em minuta a ata e o texto das deliberações tomadas na reunião de 12 de julho de 2016, e a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais do Voto, da Recomendação e das Propostas a ata em minuta: -----

Voto n.º 1/114
Retificado

(Subscrito por todos os Grupos Municipais e Deputados Municipais Independentes) -----

Voto de Saudação à Seleção Nacional de Futebol e aos atletas medalhados no Europeu de Atletismo -----

(Aprovado por unanimidade e aclamação em pé) -----

Perguntas à Câmara

Esta Sessão foi, ainda, dedicada a Perguntas à Câmara Municipal, de acordo com os temas indicados pelos Grupos Municipais, em anexo à Convocatória, e ao abrigo do artigo 42º do Regimento; -----

Proposta n.º 257/CM/2016

(Subscrita pelo Exmº Senhor Vereador João Afonso) -----

Apreciação da Proposta 257/CM/2016 - Alteração às Regras de Funcionamento do Fundo de Emergência Social do Município de Lisboa - Vertente de apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), nos termos das mesmas e ao abrigo do artigo 23º n.º 2 alínea h) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua actual redacção; -----

- Parecer da 6ª Comissão Permanente

Nov
18

(Aprovada por unanimidade) -----

Propostas de alteração ao **Anexo I à Proposta n.º 258/CM/2016**, apresentadas pelo Grupo Municipal do BE e contidas nos pontos 1, 2 e 3 da parte deliberativa da “Proposta de Emenda”:

Ponto 1

**Proposta de alteração ao
N.º 1 da Regra 3ª do
Regulamento**

(Subscrita pelo Grupo Municipal do BE) -----

Regra 3.ª - Fundo Permanente

“1 – O n.º 1 da regra 3ª de funcionamento do Fundo de Emergência Social de Lisboa, vertente de apoio a agregados familiares, passa a ter a seguinte redacção:-----

“1. A fim de agilizar a efectiva atribuição do apoio excepcional e temporário aos agregados que a ele devam ter acesso será constituído um Fundo Permanente inicial, no montante não inferior a 10.000,00 € (dez mil euros), a atribuir a cada Junta de Freguesia no quadro de Contrato de Delegação de Competências e considerando a população, a execução de anos anteriores e indicadores sociais, que deverá ser transferido após a assinatura do mesmo.”

**(Rejeitado com a seguinte votação: Contra: PS/ PSD/ CDS-PP/ MPT/ PNPN/ 6
IND – Favor: BE/ PEV – Abstenção: PCP/ PAN) -----**

Ponto 2

**Proposta de Alteração à
Alínea a) do n.º 2 da
Regra 4ª do Regulamento**

(Subscrita pelo Grupo Municipal do BE) -----

Regra 4.ª - Condições de Acesso

“2 – A alínea a) do n.º 2 da regra 4ª do funcionamento do Fundo de Emergência Social de Lisboa, vertente de apoio a agregados familiares passa a ter a seguinte redacção:-----

“a) Não possuam, nem qualquer outro membro do agregado familiar, habitação alternativa no Município de Lisboa e municípios limítrofes;”-----

(Rejeitado com a seguinte votação: Contra: PS/ PSD/ CDS-PP/ MPT/ PNPN/ 6

100ml
@

IND – Favor: BE/ PEV – Abstenção: PCP/ PAN) -----

Ponto 3

**Proposta de Alteração à
Alínea b) do n.º 1 da Regra 5.^a
do Regulamento**

(Subscrita pelo Grupo Municipal do BE) -----

Regra 5.^a - Despesas Elegíveis

3 – A alínea b) do n.º 1 da regra 5.^a de funcionamento do Fundo de Emergência Social de Lisboa, vertente de apoio a agregados familiares, passa a ter a seguinte redacção:-----

“b) De telecomunicações, até ao limite de 15 € (quinze euros), não podendo incluir serviços de valor acrescentado. O apoio ao telefone fixo exclui o apoio ao telemóvel e vice-versa;”-----

(Rejeitado com a seguinte votação: Contra: PS/ PSD/ CDS-PP/ PNPN/ 6 IND – Favor: BE/ PEV/ PAN – Abstenção: PCP/ MPT) -----

Proposta n.º 258/CM/2016

(Subscrita pelo Exm.º Senhor Vereador João Afonso) -----

Apreciação da Proposta 258/CM/2016 - Alteração às Regras de Funcionamento do Fundo de Emergência Social do Município de Lisboa - Vertente de apoio a Agregados Familiares, nos termos das mesmas e ao abrigo do artigo 23.º n.º 2 alínea h) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua actual redacção; -----

- Parecer da 6.^a Comissão Permanente

(Aprovada por unanimidade) -----

**Recomendação n.º 1/114
resultante dos Pareceres da 6.^a
Comissão Permanente Sobre as
Propostas 257/CM/2016 e
258/CM/2016**

(Subscrita pela 6.^a Comissão Permanente) -----

Recomendação 01/114 (6.^a CP)

**“Sobre as propostas 257/CM/2016 e 258/CM/2016
– alteração das regras do FES**

*Tendo presentes as conclusões e recomendações dos pareceres aprovados por unanimidade sobre as **Propostas 257/CM/2016 e 258/CM/2016**, que alteram as regras do Fundo de Emergência Social (FES), na vertente de apoio às IPSS e na vertente de apoio aos agregados familiares, respectivamente, a 6ª Comissão propõe ao plenário que aprove as seguintes recomendações à Câmara: -----*

1. Que envie à Assembleia Municipal os relatórios de execução do Fundo de Emergência Social dos anos anteriores em ambas as vertentes;-----

2. Que haja um cumprimento efetivo da monitorização futura dos apoios, prevista nas respectivas regras do FES;-----

3. Que, no que respeita ao FES – Agregados familiares, se simplifiquem, se possível, os procedimentos administrativos e burocráticos relativos à concessão pelas Freguesias de apoio de emergência às famílias, sem facilitismos, mas de forma a adequar os índices de execução às necessidades reais dos agregados, para bom aproveitamento das verbas orçamentadas para efeitos de apoio às famílias mais carenciadas de Lisboa, dado que os números apresentados na proposta 258/CM/2016 demonstram que, para tão necessário uso, apenas são aproveitados cerca de 30%. ”-----

(Aprovada por unanimidade) -----

Proposta n.º 328/CM/2016

(Subscrita pelo Exmº Senhor Vereador Manuel Salgado) -----

Apreciação da Proposta 328/CM/2016 - Aquisição pelo Município do imóvel sito no Largo de São Julião n.ºs 15 a 19, torneja para a Calçada de São Francisco n.º 8, por exercício do direito legal de preferência, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea i), do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua actual redacção; -----

- Parecer da 1ª Comissão Permanente

(Aprovada por maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PNP/ 6 IND - Abstenção: PSD/ CDS-PP/ PAN) -----



Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 3 do artigo 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e, ainda, ao abrigo do despacho da Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, datado de cinco de março de dois mil e quinze, exarado em folha anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014, eu Adriana Paques, Chefe do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, a elaborei e subscrevi.-----

Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada esta sessão às dezoito horas e vinte e cinco minutos. -----

Sala de reuniões da Assembleia Municipal de Lisboa, doze de julho de dois mil e dezasseis. -----

----- A Presidente -----

Helena Roseta

----- Helena Roseta -----